



Nº 01 – FEVEREIRO/2019

DESTAQUES

Brasil planeja adoção de resoluções estabelecidas pela COP 8

Publicidade na internet, interferência da indústria e diversificação do tabaco estão entre as prioridades

Passados quatro meses da Conferência das Partes (COP-8), realizada em Genebra, e já conhecida a estrutura administrativa do novo governo, o Brasil, através da SE-Conicq, começa a se planejar para enfrentar as resoluções estabelecidas na Conferência, 14 anos após a ratificação do tratado pelo país.

Entre os alvos definidos, a regulação da publicidade transfronteiriça de produtos de tabaco expressa nas novas mídias e internet (artigo 13), o aperfeiçoamento do monitoramento da Indústria do tabaco e sua interferência frente às políticas de saúde através de cooperação internacional (art.5.3), o apoio a projetos piloto de diversificação em países produtores de tabaco (art.17), garantindo a participação dos agricultores no desenvolvimento de políticas por meio de suas representações.

A diversificação com culturas alternativas ao tabaco, um desafio à altura da complexidade do país, será estimulada pela manutenção do Brasil no apoio a cooperação internacional Triangular Sul-Sul, fortalecendo o Programa Nacional de Diversificação ao Cultivo em Áreas de Tabaco, agora administrado dentro do poderoso e dilatado Ministério da Agricultura.

A cooperação internacional entre países tratadistas será a base deste enfrentamento, e o resultado destes avanços serão avaliados na próxima Conferência (COP-9), que será realizada nos Países Baixos em 2020, em data ainda a ser publicada.

As decisões e relatórios preliminares da COP8 podem ser acessados em <http://www.who.int/fctc/cop/sessions/cop8/en/>

Fonte: SE-Conicq

OMS define doenças crônicas entre as 10 prioridades de saúde para 2019

A Organização Mundial da Saúde (OMS) traçou desafios ousados para 2019. Entre os objetivos da agência da ONU está a ampliação do acesso e da cobertura de saúde para atender a 1 bilhão a mais de pessoas na comparação com números atuais.

Para tirar essas resoluções do papel, a OMS estipulou dez prioridades. A lista inclui doenças crônicas, combate à poluição ambiental e às mudanças climáticas, infecções transmissíveis como o ebola, a dengue, a gripe e o HIV, entre outros intentos de saúde pública.

As doenças crônicas não transmissíveis – como diabetes, câncer e doenças cardiovasculares – são responsáveis por mais de 70% de todas as mortes no mundo — o equivalente a 41 milhões de mortes. Isso inclui 15 milhões de pessoas que morrem prematuramente, ou seja, com idade entre 30 e 69 anos. Mais de 85% dessas mortes precoces ocorrem em países de baixa e média renda.

O aumento da ocorrência dessas doenças tem sido impulsionado por cinco fatores de risco: o uso do tabaco, a inatividade física, o uso nocivo do álcool, as dietas pouco saudáveis e a poluição do ar.

Fonte: Nações Unidas – Edição: SE-Conicq

<https://nacoesunidas.org/oms-define-10-prioridades-de-saude-para-2019/>

OMS chama atenção para a saúde do pulmão no Dia Mundial sem Tabaco 2019

"Tabaco e a doença pulmonar" será o tema do Dia Mundial Sem Tabaco 2019. A OMS entende que o tema abre a discussão entre as populações para o impacto negativo que o tabaco tem sobre os pulmões das pessoas, do câncer à doença respiratória crônica, ao papel fundamental que os pulmões desempenham na saúde e no bem-estar de todas as pessoas.

Além da advertência, o Dia Mundial sem Tabaco serve também para criar um apelo à ação, defendendo políticas efetivas para reduzir o consumo tabágico, engajando as partes interessadas na luta pelo controle do tabaco.

O tema chama atenção para o risco que correm as crianças expostas ao fumo passivo, ao desenvolver infecções respiratórias baixas mais frequentes e com maior risco de sofrer o aparecimento e exacerbação de asma, pneumonia e bronquite.

A associação entre o tabagismo e a tuberculose (TB) também será exposta, mostrando que os componentes químicos do tabaco podem desencadear infecções latentes da tuberculose. O tabagismo também pode aumentar o risco de incapacidade e morte por insuficiência respiratória em pessoas com TB ativa.

Fonte: OMS - Edição: SE-Conicq

<http://www.euro.who.int/en/media-centre/events/events/2019/05/tobacco-and-lung-health-world-no-tobacco-day-2019>

BRASIL

Redução de ICMS para cigarro aprovado no DF desconsidera importante diretriz da CQCT

Deputado distrital discordou da ação do executivo

Entre as medidas mais eficazes de controle do tabagismo, principalmente entre os jovens, é a que estabelece maior incidência tributária sobre preços dos produtos de tabaco, conforme preconiza o artigo 6º da CQCT.

O Governo do Distrito Federal parece ter relegado esta política. Enviado pelo executivo no fim da gestão de Rodrigo Rollemberg, a redução do imposto que incide sobre a comercialização de cigarros e derivados, foi aprovada pela câmara distrital em meados de dezembro, e sancionada pelo atual governador Ibaneis Rocha (MDB), poucos dias após sua posse, em janeiro.

A medida altera a lei de 1996, e o artigo 18, que determina alíquota de 29% nas operações e prestações internas para bebidas alcoólicas e para fumo e derivados – cachimbos, cigarreiras, piteiras e isqueiros. Na versão original, o percentual sobre estes últimos era de 35%.

De paradoxal, o fato de Rollemberg, como Senador (2011-2014), ter sido o autor do Projeto de Lei (PLS nº 103/2014) que instituiu embalagens padronizadas para os produtos de tabaco, além de ter defendido e concretizado, no início de sua gestão como governador (2014-2018), uma tributação maior sobre cigarros e bebidas.

Ao justificar a alteração na lei, o ex-secretário da Fazenda, Wilson José de Paula, afirmou que um estudo técnico realizado pela pasta deu conta de que a arrecadação caiu desde que alíquota de 35% sobre os produtos de tabaco passou a ser aplicada, em 2016.

“O aumento da alíquota do fumo para 35% provocou uma concorrência desleal para nossos contribuintes, visto que o Estado de Goiás não procedeu a tal alteração. Assim, esta diferença de tributação estaria provocando a migração das vendas de fumo do Distrito Federal para Goiás.”

Em setembro de 2018, o Deputado distrital evangélico Rodrigo Delmasso (PRB) discordou da redução e, ressaltando os mais de 300 mil tabagistas e o malefício do tabaco, enfatizou em Plenário que o governo deixaria de arrecadar 17 milhões de reais em 2019, valores que poderiam ser aplicados em áreas sociais, como creches e unidades básicas de saúde.

Fonte: G1 – Edição: SE-Conicq

<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2018/12/18/projeto-que-reduz-imposto-sobre-comercializacao-de-cigarros-no-df-e-aprovado-por-distritais.ghtml>

<http://rodrigodelmasso.com.br/blog/2018/09/19/jornal-contexto-exato-delmasso-e-contra-proposta-que-reduz-icms-do-cigarro/>

PLC da Cide-Tabaco é arquivado devido ao Regimento Interno da Câmara

A criação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE), proposta pelo Deputado Federal Alessandro Molon (PSB-RJ), que incidiria sobre a fabricação ou importação de tabaco e derivados para custeio de ações de tratamento aos doentes vítimas do tabagismo, foi arquivada. O Regimento Interno da Câmara dos Deputados obriga as proposições que foram submetidas à deliberação da casa, e ainda se encontrem em tramitação, ao arquivamento.

A proposição poderá ser desarquivada mediante requerimento pelo próprio Molon, que foi reeleito, dentro de 180 dias, retomando a tramitação no estágio em que se encontrava.

A proposição tramitou entre fevereiro de 2015 e junho de 2018 entre diversas Comissões, quando teve o texto rejeitado pela relatoria do Deputado Heitor Schuch (PSB-RS).

Em setembro de 2017, o Deputado Hiran Gonçalves (PP-RR) presidiu uma Audiência Pública conjunta para debater a proposição. Ainda que a proposição original da Cide-Tabaco se destinasse ao ressarcimento do Sistema Único de Saúde (SUS) com tratamento de saúde, o ideal seria o custeamento da CQCT expressa em seus artigos.

Fonte: Câmara – Edição: SE-Conicq

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=945409>

DIVERSIFICAÇÃO DAS ÁREAS CULTIVADAS COM TABACO

EMATER/RS e ANATER capacitam extensionistas para diversificação do tabaco

No início de fevereiro se encerrou a capacitação de mais 25 extensionistas em diversificação produtiva e implantação de projetos de atividades alternativas, para a redução da dependência dessas famílias da renda do tabaco.

A capacitação aconteceu durante a semana no auditório da FEE, em Porto Alegre, numa parceria entre Emater/RS-Ascar e Anater (Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural). Esta capacitação atende técnicos de 20 municípios gaúchos, onde se busca o desenvolvimento sustentável das Unidades Familiares de Produção Agrária (UFPAs).

No encerramento, a diretora administrativa e o diretor técnico, Silvana Dalmás e Lino Moura, destacaram a importância das capacitações para os extensionistas da Emater/RS-Ascar.

“Precisamos fortalecer a Extensão Rural enquanto ferramenta de qualidade de vida no meio rural e, para isso, vamos nos aproximar ainda mais da Anater”, destacou Silvana. Já Moura avaliou que a agricultura tem que se modernizar, “mas não abro mão da presença dos extensionistas nas propriedades, no contato direto com o agricultor e sua família”.

Esta é a terceira turma capacitada, totalizando 85 extensionistas desde novembro de 2018, quando se iniciou a execução do projeto. Outra turma deverá ser capacitada em março.

De acordo com o Plano de Trabalho do Programa para Agricultores Familiares inseridos em municípios com produção de tabaco, serão beneficiados 3.040 produtores de 33 municípios do RS, contemplados com ações de Aters. As ações do programa vão contribuir para a promoção da segurança alimentar e nutricional, a articulação de políticas públicas e a geração de trabalho e renda para promover a autonomia econômica, social e organizativa dessas famílias.

Os municípios envolvidos estão distribuídos nas regiões de Pelotas, Soledade e Frederico Westphalen, com características diferenciadas nos agroecossistemas e no cultivo de tabaco. Incluindo as variedades e o calendário agrícola, o que favorece o processo de diversificação de atividades.

A grande maioria das propriedades envolvidas com a cultura do tabaco tem uma estrutura voltada de forma exclusiva para esse cultivo. Isso dificulta um processo de transição para sistemas mais diversificados e com menor risco relacionados com fatores climáticos ou de mercado.

Apesar da cultura do tabaco ocupar a mão de obra da família durante um longo período, com momentos de demanda elevada, a ocupação não é constante. Portanto, essa situação deve ser aproveitada como uma oportunidade, estimulando outras atividades, como bovinocultura de leite à base de pasto, apicultura, piscicultura, fruticultura (como viticultura, citricultura), olericultura para consumo familiar e para mercado, agroindústria, pecuária familiar e até mesmo atividades não agrícolas, como o artesanato e o Turismo Rural.

Fonte: ANATER

http://www.anater.org/ler_noticia.jsp?c=Ly8yMTlvLw==

INDÚSTRIA DO TABACO/CADEIA PRODUTIVA DO TABACO

“Cigarro é uma coisa, tabaco outra” defende o deputado federal Heitor Schuch

Deputado entende que liderança antitabaco será conduzida pelo Senador José Serra

Em entrevista ao programa digital “Arauto Atualidades”, o deputado federal Heitor Schuch (RS-PSB), eleito com mais de 100 mil votos, em sua maioria das regiões

produtoras de tabaco, defendeu uma diferença entre tabaco e cigarro, conceito que poderá orientar o Ministério da Agricultura quando se discutir a produção desta cultura e o consumo de cigarros no país.

“O tabaco é o grande propulsor do desenvolvimento de muitos municípios aqui do Rio Grande do Sul”, declarou Schuch.

Apesar de esforços que a ciência tem realizado para criar uma função de larga escala para o tabaco, como o de combustível para aeronaves, biotecnologia ou fármaco, no combate ao ebola, não existe, atualmente, outra finalidade para o tabaco que não seu uso mercadológico como cigarro.

Durante a entrevista, Schuch falou sobre o fato de representar o Vale do Rio Pardo, sobre a luta por mais condições para a cultura do tabaco, e destacou a importância para a região Sul ter Fernando Schwanke, ex-prefeito de Rio Pardo, como Secretário da Agricultura Familiar e Cooperativismo do Governo Bolsonaro, indicado pelo Deputado Alceu Moreira (MDB).

Defensores ardorosos da cultura do tabaco, Schuch defendeu a inclusão da agricultura familiar no Ministério da Agricultura “muito melhor posicionado, porque estamos falando do ministério que vai cuidar do alimento, da produção, do crédito, do custeio”. Schwanke deseja dar um outro tratamento ao tabaco, cultivo diferenciado devido ao seu resultante manufaturado, o cigarro, igualando sua produção as outras culturas do agronegócio.

Em defesa do setor tabaqueiro, Schuch aproveitou para criticar as entidades que se pautam pela saúde contra o cigarro, citando ainda o Projeto de Lei que estabelece as embalagens padronizadas, elaborado pelo Senador José Serra (PSDB), e sua permanência no Senado por mais quatro anos.

“Para os antitabagistas nós sempre seremos o patinho feio. Eles querem terminar com o cigarro atacando a indústria, atacando o produtor”, enfatizou. Quando ao Senador considerado opositor da indústria do tabaco, o deputado entende que será a liderança do antitabagismo.

“O Senador José Serra não vai desistir, ele vai continuar, isto significa que nós temos que continuar nosso trabalho junto com a Afubra, SindiTabaco, Amprotabaco, Sindicatos, Federações para mostrar para eles que cigarro é uma coisa, tabaco é outra”, concluiu.

Fonte: Portal do Arauto – Edição: SE-Conicq

<https://www.portalarauto.com.br/Pages/156946/em-defesa-do-tabaco-e-da-agricultura-familiar-heitor-schuch-projeta-segundo-mandato-na-camara-federa>

Souza Cruz destaca relação mais próxima entre governo federal e tabaco

O Portal do Produtor Souza Cruz destacou a matéria produzida pelo Jornal Gazeta do Sul, que informou que o governo federal irá tratar o tabaco da mesma maneira como qualquer produto do agronegócio, além de restringir com o que considera ativismo contra o setor.

A fonte do jornal é o Secretário Nacional da Agricultura Familiar e Cooperativismo, Fernando Schwanke. O ex-prefeito de Rio Pardo integrou a equipe de transição do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), e foi indicado para o cargo pelo deputado federal Alceu Moreira (MDB-RS), um histórico defensor da economia do tabaco.

Segundo Schwanke, o tabaco não terá tratamento diferenciado por causa das controvérsias que rondam o cigarro, mas sim como um dos tantos produtos do agronegócio nacional.

A posição de Schwanke converge com a posição pró-tabaco do Senador Luis Carlos Heinze (PP), político próximo ao Presidente. Ele garantiu que o governo terá uma postura de apoio aos fumicultores e às indústrias de tabaco.

Em encontros com moradores da região durante a campanha presidencial, o então candidato Jair Bolsonaro já havia reconhecido que o tabaco é um importante item do agronegócio, produzido de forma lícita.

Fonte: Produtor Souza Cruz – Edição: SE-Conicq

<https://www.produtorsouzacruz.com.br/noticias/bolsonaro-e-tabaco>

“Não dá para ter diálogo com quem trabalha a favor do tabagismo”, afirma Conicq

No que depender da Comissão Nacional para a Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (Conicq), o diálogo com a cadeia produtiva está rompido definitivamente. O gatilho da crise entre as partes foi o posicionamento de prefeitos e entidades representativas dos agricultores em defesa a reprovação do projeto de lei que veda a propaganda e o uso de aditivos que confirmam sabor e aroma aos cigarros e estabelece padrão gráfico único das embalagens.

A participação de prefeitos da Associação dos Municípios Produtores de Tabaco (Amprotabaco) na audiência pública ocorrida no senado no dia 21 de novembro comprometeu a busca de entendimento que estava em construção desde junho deste ano quando a entidade foi recebida pela direção do Instituto Nacional de Câncer (INCA).

Para a presidente da Conicq, Tânia Cavalcante, o projeto representa uma medida importante dentro da política nacional de combate ao tabagismo, principalmente

voltada a proteção de crianças e adolescentes consideradas vulneráveis a atração pelo sabor e, por isso, ser contra esta proposta impede o entendimento.

“Infelizmente ouvimos prefeitos defendendo o avanço do tabagismo ao custo da saúde de nossas crianças e não o meio de vida dos agricultores, como dizem que fazem. Se fosse isso estariam exigindo recursos para a diversificação”.

Além disso, ela questiona o argumento dos gestores municipais de que o projeto traria prejuízos ao mercado, uma vez que 90% do tabaco é exportado.

“O diálogo só existe quando há os mesmos objetivos. Não tem como fazer parcerias com políticos que vão contra a política de Estado, que está aprovada pelo Congresso, com argumentos falaciosos.”

Tânia lamenta o posicionamento dos prefeitos pois havia a expectativa de que estivessem interessados em acelerar o passo da diversificação e, segundo ela, a Conicq estava disposta a fazer uma aliança para tentar ajudar os municípios.

“Não dá para ter diálogo com quem trabalha a favor do tabagismo. É decepcionante, uma irresponsabilidade muito grande”, afirma.

No material apresentado na última reunião do ano da Câmara Setorial do Tabaco, a Conicq garantiu que o objetivo da Convenção-Quadro não é reduzir ou restringir a produção, no entanto, a presidente admite o impacto na produção.

“Não tem meta de reduzir ou restringir produção, mas impactará quem produz ao reduzir consumo”.

Dessa forma, defende a necessidade de diversificação e reconhece que pouco se fez até o momento.

“O Brasil precisa acelerar a diversificação e que é de grande responsabilidade dos prefeitos mudarem suas matrizes produtivas, pois as próprias empresas estão diversificando seus produtos que sequer utilizam tabaco. Só cego não quer ver,” avalia.

O tom de rompimento ficou claro durante a reunião ocorrida no dia 27 de novembro quando a presidente da Conicq fez uma apresentação do cenário atual da Convenção Quadro do Brasil. Na oportunidade, ela manifestou a contrariedade à postura dos prefeitos e apresentou documentos que seriam de algumas indústrias, obtidos por litígio, onde consta o foco no consumo de cigarros por crianças e adolescentes. Tânia ainda acusou entidades como a Afubra de atuarem como fachada na defesa da indústria do tabaco.

O pedido de diálogo havia sido feito durante a 8ª Conferência das Partes para o Controle do Tabaco (COP 8), em Genebra, na Suíça, pela embaixadora da Missão Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas e Demais Organismos Internacionais em Genebra, Maria Nazareth Farani Azevêdo.

Fonte: Ola Jornal

<http://olajournal.com.br/nao-da-para-dialogo-com-quem-trabalha-favor-do-tabagismo-afirma-conicq/>

Após 14 anos, Ministério da Saúde se reúne com a Câmara do Tabaco **Reunião ocorreu no Dia Nacional de Combate ao Câncer**

Quase 14 anos após integrar oficialmente a composição da então Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Fumo, um representante do Ministério da Saúde voltou a participar da agora Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Tabaco, na condição de convidado, para mostrar, junto aos representantes da economia do tabaco, os avanços da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, e a necessidade de apoio ao Programa de Diversificação das áreas cultivadas com tabaco para enfrentar o tabagismo.

A reunião ocorreu em fins de novembro de 2018, na sede do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), em Brasília, e teve como representante da saúde, a Secretária-Executiva da Comissão Nacional para Implementação da CQCT (Conicq), Tânia Cavalcante.

Segundo o presidente da Câmara Setorial e secretário da Afubra, Romeu Schneider, o encontro foi marcado para atender a sugestão da embaixadora Maria Nazareth Farani Azevêdo, chefe da delegação brasileira na Conferência das Partes para o Controle do Tabaco (COP 8), ocorrida em Genebra, em outubro. Na oportunidade, ela pediu uma aproximação entre a Conicq e o setor produtor de tabaco.

Casualmente, a reunião foi agendada no Dia Nacional de Combate ao Câncer, mote aproveitado pela representante da saúde para conduzir a apresentação com fatos associados à cultura como trabalho infantil, agrotóxicos, meio-ambiente e os números de mortes evitáveis causadas pelo tabaco.

O Presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Tabaco, Romeu Schneider, na expectativa de elogios devido às ações de responsabilidade social promovidas pela economia do tabaco, se mostrou incomodado com a exposição, e declarou a incompatibilidade entre tabagismo e saúde.

“Os antitabagistas baseiam seus argumentos em números de muitos anos atrás em trabalho infantil, uso de defensivos agrícolas, agressão ao meio ambiente e não se atualizam com os trabalhos realizados pelo setor nesses assuntos, com grandes e significativos avanços e soluções. E isso inviabiliza uma aproximação das partes”.

O presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Tabaco comentou as informações dadas por Tânia Cavalcante acerca da implementação do Protocolo para Controle do Mercado Ilegal de Cigarros, que deverá ser adotado pelos países signatários da Convenção-Quadro, mas discordou que a indústria financie parte da concretização do Protocolo.

“Este é um passo importante para, pelo menos, dificultar as ações do contrabando. Porém, querem que o setor pague parte da despesa e isso implica em aumento de preço do cigarro legal, o que acaba estimulando ainda mais correr riscos e contrabandear ou falsificar cigarros”, comenta Schneider.

Fonte: Afubra – Edição: SE-Conicq

<https://afubra.com.br/noticias/10991/camara-setorial-da-cadeia-produtiva-do-tabaco-recebe-representante-da-conicq.html>

TABACO ILÍCITO

Comitê para implantação do Protocolo do Comércio Ilícito do Tabaco aguarda Casa Civil para se reunir

O Comitê para Implementação do Protocolo para Eliminar o Comércio Ilícito de Produtos do Tabaco, instituído em outubro, aguarda determinação da Casa Civil, que preside o colegiado, para começar a debater ações para deter o comércio ilegal de cigarros. Entre as possíveis dificuldades para a reunião ocorrer, a da formação do Comitê com ministérios que foram extintos ou incorporados por outros órgãos.

Resolvido o problema organizacional, o futuro Comitê terá de debater as decisões ocorridas primeira edição da MOP 1, sigla internacional da Conferência do Protocolo do Comércio Ilícito, ocorrido em Genebra, na Suíça, após a 8ª Conferência das Partes para o Controle do Tabaco (COP 8).

Em setembro, o secretariado da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco conquistou as 40 adesões para a realização da primeira reunião do protocolo internacional de combate ao comércio ilícito de produtos de tabaco. Após quatro meses, como o Protocolo já em vigor, 54 países tratadistas da CQCT estão dispostos a avançar em direção a uma estratégia comum de combate ao cigarro ilegal.

Durante a 42ª Reunião de Ministros de Saúde do Mercosul, ocorrida em meados de junho, o ministro da Saúde, Gilberto Occhi, assinou a declaração que ratificou a eliminação do Comércio Ilegal de Produtos de Tabaco. Além do Brasil, a Argentina, Uruguai, Chile e o Paraguai, também assinaram o documento que declara a necessidade do acordo para todos os países que compõem o bloco.

Fonte: Câmara – Edição: SE-Conicq

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2018/decreto-9517-1-outubro-2018-787212-publicacaooriginal-156516-pe.html>

CIGARRO ELETRÔNICO

Estudo comprova que cigarro eletrônico pode ser tão prejudicial quanto tradicional Estudo comparou IQOS, vaporizador e cigarro tradicional

Um estudo publicado no ERJ *Open Research* - a revista da *European Respiratory Society* (ERS) – a partir de uma análise laboratorial de amostras *in vitro* de células humanas, concluiu que ambos os produtos, cigarro eletrônico e tradicional, inflamam as vias aéreas e são tóxicos.

Os pesquisadores expuseram durante 72 horas células das vias respiratórias humanas (de músculo liso e epiteliais) a diferentes concentrações do fumo do cigarro, do vapor do cigarro eletrônico e do aerossol emitido por IQOS, e examinaram os efeitos sobre a função celular.

Um dos testes usados pelos autores do estudo baseou-se na análise de um determinado marcador de toxicidade celular, cuja produção pelas células foi aumentado em diferentes concentrações do fumo do cigarro, do vapor de cigarros eletrônico e do aerossol de IQOS: enquanto os efeitos prejudiciais de cigarros eletrônicos foram a concentrações mais elevadas (5 e 10%), o fumo do cigarro e os aerossóis do IQOS eram tóxicos, mesmo em baixas concentrações (1,5 e 5%).

Outro aspecto que emerge da pesquisa diz respeito ao aumento da inflamação das células das vias aéreas em todos os três tipos de exposição à “fumaça”.

Para realizar esta análise, os pesquisadores mediram a liberação de algumas quimiocinas, moléculas que no corpo humano têm a tarefa de recrutar algumas células do sistema imunológico em locais onde há alguma inflamação.

Eles observaram que o IQOS, bem como os cigarros tradicionais e eletrônicos, estimula a produção dessas moléculas nas células analisadas: em particular, a partir dos resultados obtidos, parece que os efeitos do IQOS começam a se sentir em concentrações de exposição semelhantes.

“Nossos resultados sugerem que todos os produtos testados são tóxicos para as células de nossos pulmões e que esses novos dispositivos que aquecem o tabaco (o IQOS, ed) são tão prejudiciais quanto a fumaça dos cigarros tradicionais”, comentou Awan Sharma, um dos autores do estudo.

Estes novos dispositivos “são muito tentadores para os fumantes que querem parar de fumar, mas este estudo - enfatiza Charlotta Pisinger, presidente do Comitê de Controle de Tabaco da ESS - acrescenta novas evidências de que esses dispositivos (IQOS, ed) podem não ser um substituto seguro para a fumaça do cigarro, como pode parecer inicialmente”.

Sem mencionar o fato de que, em muitos casos, especialmente entre os jovens, tanto o cigarro eletrônico quanto o IQOS podem ser a porta de entrada para o hábito de fumar entre os não-fumantes, em vez de uma estratégia de cessação do tabagismo.

“Levou quase cinco décadas para entender os efeitos prejudiciais do consumo de cigarros e ainda não sabemos o impacto a longo prazo do uso de cigarros eletrônicos. Esses dispositivos que aquecem o tabaco são relativamente novos e - aponta Sharma - serão necessárias décadas antes de entendermos plenamente os efeitos sobre a saúde humana”.

Embora ainda não haja comparação direta de pulmões humanos entre IQOS, cigarros eletrônicos e tradicionais, este estudo realizado em amostras de células é um passo importante na compreensão dos efeitos das estratégias de controle do tabaco.

Uma comparação que certamente será aprofundada, mas isso certamente é importante, dada a ampla difusão dessa alternativa. De acordo com os dados relatados no estudo, na verdade, o consumo de IQOS na Itália atingiu agora a dos charutos e o consumo de cigarros eletrônicos está aumentando fortemente entre os jovens.

Nos Estados Unidos, a experimentação e os hábitos de fumar estão afetando cada vez mais os muito jovens: de acordo com os dados mais recentes publicados pelo Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) dos EUA, o uso de produtos de tabaco teria aumentado em 38% entre os estudantes do ensino médio no último ano.

E entre os adolescentes do exterior há um boom de cigarros eletrônicos: o consumo entre os alunos do ensino médio e do ensino médio aumentou no ano passado, passando de 3,3% em 2017 para 4,9% em 2018; de 11,7% para 20,8%. Números que preocupam, como observado pela *American Heart Association*, que convida a *Food and Drug Administration* (FDA), a agência do governo dos EUA que lida com a regulamentação de produtos alimentícios e farmacêuticos, a adotar medidas adicionais e oportuna, porque o risco tem.

Fonte: La Republica – Edição: SE-Conicq

<https://www.repubblica.it/salute/medicina-e-ricerca/2019/02/13/news/ fumo le iqos potrebbero essere dannose quanto le bi onde -219040456/?ref=search>

O que é mais eficaz para parar de fumar: cigarro eletrônico ou adesivos?

O cigarro eletrônico (e-cigarette; caneta vapor) se mostrou quase duas vezes mais efetivo do que as terapias de reposição de nicotina, como adesivos e pastilhas, para ajudar fumantes a largarem o vício. A conclusão é de um novo estudo, publicado no fim de janeiro de 2019, que imediatamente esquentou o debate sobre se os cigarros eletrônicos são uma importante ferramenta para parar de fumar ou uma ameaça à saúde.

A pesquisa, divulgada pelo periódico científico *New England Journal of Medicine*, é a primeira a realizar um estudo randomizado que teste a efetividade dos cigarros eletrônicos versus produtos de reposição de nicotina, conforme afirmou Peter Hajek, médico da Universidade Queen Mary, em Londres, autor principal da pesquisa.

Os pesquisadores descobriram que 18% dos usuários de cigarros eletrônicos pararam de fumar depois de um ano, comparado com 9,9% daqueles dos que estavam no grupo de reposição de nicotina.

Qualquer dispositivo eletrônico para fumar tem a comercialização, a importação e a propaganda proibidos no Brasil, conforme medida adotada em 2009 pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). O objetivo é que a proibição atue como precaução, até porque os cigarros eletrônicos não têm a segurança (e nem a eficácia) comprovada, conforme alerta a própria entidade.

Ainda assim, o consumo dos cigarros eletrônicos não é proibido no país e até mesmo a compra do produto (e dos acessórios) consegue ser feita sem muitos problemas. Em uma rápida pesquisa nos mecanismos de buscas na internet pelos termos “cigarro eletrônico onde comprar”, a maioria das respostas das primeiras páginas traz lojas e sites que oferecem os e-cigarettes a preços que variam de R\$ 100 a R\$ 500, com algumas diferenças conforme as marcas.

Nos Estados Unidos, a marca de e-cigars que mais cresce em procura é a Juul. A fama deste dispositivo vaporizador vem do encantamento dos jovens com a oferta de oito sabores viciantes, como hortelã, manga, crème brûlée, pepino e mix de frutas. Embora tenham outros sabores em estoque, em uma reportagem da revista norte-americana *New Yorker*, os representantes da marca alegaram que não lançariam novidades — na tentativa de evitar a procura pelo público mais jovem.

Esse é o principal receio das entidades médicas de lá, mas também do Brasil. Em 2017, a Associação Médica Brasileira, em parceria com uma série de entidades médicas, enviou à Anvisa um documento apoiando a proibição dos e-cigarettes no país. Os médicos argumentam que, além da nocividade que esses itens podem ter, esses produtos são capazes de atrair um público jovem, que não tinham o hábito de fumar, incentivando o vício.

Na mesma publicação em que foi divulgado o estudo inglês associando positivamente os cigarros eletrônicos à redução no uso do cigarro tradicional, dois editoriais jogaram água fria nos resultados da pesquisa.

Em um deles, escrito por pesquisadores norte-americanos da Universidade de Boston, a afirmação é de que os cigarros eletrônicos deveriam ser usados apenas quando os tratamentos recomendados pelo FDA- Food and Drug Administration (órgão que regula medicamentos e tratamentos nos Estados Unidos) não funcionem.

Belinda ressalta que os cigarros eletrônicos trazem riscos sérios, incluindo perigo potencial aos pulmões por causa dos saborizantes e também a possibilidade de que algumas pessoas acabem fumando, além da versão eletrônica, os cigarros tradicionais.

Em outro editorial, os pesquisadores pediram que o FDA proibisse imediatamente todos os cigarros eletrônicos saborizados, alegando que esse seria o motivo para o aumento do consumo do produto entre os adolescentes.

“Temos medo do surgimento de uma geração de adolescentes viciados em nicotina”, afirmou o autor principal, Jeffrey Drazen, que é editor-chefe do NEJM (*New England Journal of Medicine*). Tal proibição iria além dos planos do FDA de restringir as vendas de cigarros eletrônicos saborizados.

David Abrams, professor de ciências sociais e do comportamento na Universidade de Nova Iorque, que é um apoiador dos cigarros eletrônicos, criticou o editorial que pede pela proibição. Ele reforça que o estudo traz “evidências muito fortes” de que o cigarro eletrônico “pode ajudar a parar de fumar de forma tão ou mais eficiente do que as terapias de reposição de nicotina no longo prazo. Qualquer pessoa que fume deveria estar trocando para o cigarro eletrônico imediatamente.

No Brasil, o Instituto Nacional de Câncer (INCA) alerta que o cigarro eletrônico não é um produto inofensivo, tem substâncias cancerígenas e aditivos com sabores, com efeitos tóxicos ainda desconhecidos. Os efeitos de longo prazo na saúde ainda não são completamente estudados.

O consumo dos cigarros eletrônicos não é recomendado. Qualquer produto derivado do tabaco causa dependência e é prejudicial à saúde”, adverte Andrea Reis, do INCA.

De acordo com o Instituto, a forma como o produto vem sendo divulgado em diferentes países é problemática, pois leva as pessoas a acreditarem que é um produto menos nocivo do que os cigarros convencionais. “As mesmas técnicas de marketing e publicidade usadas no passado com os cigarros tradicionais, passando a imagem de que não há riscos, acabam estimulando o consumo deste produto por crianças e jovens”, alerta Andrea.

Quem deseja parar de fumar deve procurar a Unidade Básica de Saúde perto de casa. O Sistema Único de Saúde (SUS) oferece tratamento gratuito aos dependentes da nicotina.

Os medicamentos disponibilizados pelo Ministério da Saúde para o tratamento do tabagismo na Rede do SUS são os seguintes: Terapia de Reposição de Nicotina (adesivo transdérmico e goma de mascar) e o Cloridrato de Bupropiona.

Fonte: Gazeta do Povo

<https://www.gazetadopovo.com.br/viver-bem/saude-e-bem-estar/cigarro-eletronico-ajuda-a-parar-de-fumar/>

Philip Morris estima avanço do cigarro aquecido em Portugal em cerca de 8% **Máquinas e tabacarias são as estratégias da PMI para aumento nas vendas**

A Philip Morris pretende duplicar o mercado do seu produto de tabaco aquecido em Portugal em 2019 para 8% do total das vendas de tabaco no país. O anúncio foi dado pelo diretor-geral da empresa, Miguel Matos, num encontro com jornalistas em dezembro de 2018. Matos apontou que o consumo do produto atingiu 4%.

Nesse sentido, a PMI pretende ampliar a venda de tabaco aquecido, comercializados sob a marca Heets, nas máquinas de venda automática. O produto foi disponibilizado em cerca de quatro mil máquinas, e será incrementado em mais 15 mil máquinas. Simultaneamente, a empresa pretende colocar o produto à venda em mais tabacarias no país.

Há cerca de "dois ou três meses", o Iqos chegou à Madeira, onde tem "tido um desempenho acima do esperado".

Nos Açores, onde foi lançado em novembro, apenas em São Miguel foram vendidos mais de 200 dispositivos Iqos no primeiro mês, sublinhou.

Em nível global, a *Philip Morris International* conta com seis milhões de consumidores de tabaco aquecido. Miguel Matos destaca que Portugal foi o quarto país em que o Iqos foi lançado, em finais de 2015, e é um dos mercados onde mais tabagistas o usam de forma exclusiva.

"Mais de 80% dos consumidores de Iqos em Portugal apenas utiliza este produto de tabaco", conclui.

Fonte: Jornal de Negócios – Edição: SE-Conicq

<https://www.jornaldenegocios.pt/empresas/comercio/detalhe/tabaqueira-quer-duplicar-quota-de-mercado-do-tabaco-aquecido-em-2019>

MUNDO SEM TABACO

População de Buenos Aires vota pela proibição de tabaco em parques

Os moradores de Buenos Aires votaram esmagadoramente a favor da proibição de tabaco em áreas de recreação infantil em parques e praças. A consulta foi realizada pelo governo da Província entre 17 e 28 de janeiro. Dos 827.595 participantes, 80% concordaram com a iniciativa.

A fim de fazer cumprir a proibição, o Poder Executivo enviará um Projeto de Lei à Assembleia Legislativa.

Segundo fontes do governo, a consulta surgiu com o objetivo de melhorar e atualizar as regras de convivência nos espaços públicos, além de acompanhar programas

governamentais associados à redução de doenças respiratórias e à prevenção do tabagismo.

O objetivo é reduzir os riscos à saúde das crianças que usam os espaços públicos da Capital. A exposição à fumaça do tabaco durante a infância pode gerar, entre outras condições, doenças respiratórias, alergias alimentares e problemas de pele. Além disso, pode aumentar o risco de câncer de pulmão na idade adulta quatro vezes.

Uma vez aprovada, avisos restritivos serão implantados em espaços públicos para sinalizar as zonas livres de fumo nos 376 parques infantis existentes.

Fonte: La Nacion – Edição: SE-Conicq

<https://www.lanacion.com.ar/2217741-no-se-podra-fumar-en-los-juegos-de-plazas-y-parques>

Chile: Após cinco anos, lei antitabaco reduz tabagismo de 40,6% para 33,3% Jovens iniciam tabagismo com cigarros mentolados

No Chile, há exatos cinco anos, o tabaco foi proibido em escolas, estádios, restaurantes e outros locais de acesso público, com a promulgação da lei antitabaco. As medidas implementadas em 2013 permitiram, a curto prazo, que as taxas de consumo de cigarros diminuíssem.

A Pesquisa Nacional de Saúde estimou que a população de fumantes chegou a 40,6% em 2009, enquanto o mesmo estudo no ano passado indicou que os fumantes no Chile caíram para 33,3%. O chefe do Escritório de Controle do Tabaco do Ministério da Saúde, Celso Muñoz, ressaltou que outra consequência é que 85% das famílias chilenas não fumam dentro de casa.

"Na população de jovens entre 20 e 24 anos, o consumo diminuiu em 60,5% para 41,1%", acrescenta Muñoz sobre a mudança cultural vivida pela sociedade chilena.

A fiscalização, juntamente com as sanções impostas pela infração, é uma das fraquezas que a implementação da legislação antitabaco teve.

Existem duas instituições que têm a capacidade de fiscalizar, além dos *Seremi de Salud*: *Carabineros* (polícia chilena) e os municípios, através de seus inspetores. No entanto, eles não têm a capacidade de multar aqueles que não cumprem a norma.

Lidia Amarales, diretora da *Respira Libre*, acrescenta que as autoridades de saúde devem ser as que assumem não apenas o controle, mas o papel sancionador.

Este ponto está incluído nas modificações que devem ser feitas na lei, que estão atualmente sendo discutidas no Congresso. No entanto, o interesse das autoridades está na proteção de menores contra o consumo de tabaco.

Segundo Amarales, 44% dos menores de 18 anos que iniciam na prática o fazem com cigarros mentolados, motivo pelo qual é importante proibir esses produtos.

“Como a indústria precisa de novos clientes, concentra toda a sua publicidade e sua estratégia para os menores. Não é uma coincidência que os pontos de venda tenham publicidade e sejam orientados com cores e imagens para o mundo jovem. Eles precisam de novos clientes para os 16.700 que morrem a cada ano”, afirma.

Fonte: La Hora – Edição: SE-Conicq

<http://www.lahora.cl/2018/02/balance-cinco-anos-ley-del-tabaco/>

A CONICQ é responsável por articular a implementação da agenda governamental para o cumprimento dos artigos da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco. É presidida pelo Ministro da Saúde e composta por representantes de 18 órgãos federais. Acesse o Observatório da Política Nacional de Controle do Tabaco.

Expediente:

Este boletim é produzido pela Secretaria Executiva da Comissão Nacional para a implementação da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco (CONICQ)

INCA - Instituto Nacional de Câncer José de Alencar Gomes da Silva / Ministério da Saúde.

Contato: conicq@inca.gov.br

Redação: Alexandre Octávio

Conselho Editorial: Alessandra Machado, Daniel Martins, Felipe Mendes, Renata Pereira, Tânia Cavalcante.

Projeto gráfico: Equipe da Divisão de Comunicação Social do INCA